

Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista



PROJETO DE Lei nº 8/72

Assunto *Autoriza Executivo a reajustar prêmios e reformular prazo de contrato de parimentação*

Distribuído à Comissão *Justiça e Finanças*

Primeira Discussão *Aprovado, com emenda seu regime de urgência, - 29/3/72 -*

Segunda Discussão *Aprovado, idem - 29/3/72 -*

Redação Final *Dispensada segto Luiz Mathias Netto - 29/3/72 -*

Observações: *Adida de duas p. 2 senões e requer T. Arnaldo Nardy - 17/3/72 -*

Adida especificação para di. 28 de março corrente - 24/3/72 -

→ *Encaminhado através do ofício nº 108/72 - 10/4/72*

→ *22 páginas - D*

Secretaria da Câmara Municipal, em 25/2/72

Lei nº 1188, de 30/ março/72.



Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Justiça e Redação

Bragança Paulista, 29 de MARÇO de 1967

Parecer N.º.....

- NOVA REDAÇÃO -

- PROJETO DE LEI Nº 8/72 -

Dispõe sobre autorização ao Executivo para reajustar preço, reformular prazo de contrato para execução de pavimentação asfáltica de ruas da cidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA DECRETA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a reajustar os preços e a reformular o prazo do contrato para execução de pavimentação asfáltica de ruas da cidade, assinado em 31 de julho de 1970.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os efeitos previstos neste artigo, fica o preço total original do mencionado contrato fixado em CR\$ 19,00 (dezenove cruzeiros) o metro quadrado de pavimentação asfáltica e o prazo, estipulado na cláusula 5ª do mesmo contrato, prorrogado até 31 de julho de 1972, sem direito a quaisquer outros reajustes.

ARTIGO 2º - Na retificação de contrato a ser procedida deverá constar que o reajuste do preço, bem como a prorrogação do prazo, são contados desde o dia 1º de abril de 1972.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 29/março/1972

a)- MARIA FRANCO RODRIGUES -membro da CJR

a)- ALVARO ALESSANDRI - membro

S S S S S



GABINETE DO PREFEITO

N.º CM-014/72

Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

BRAGANÇA PAULISTA, 25 DE FEVEREIRO DE 1972

Exmo. Sr.

CÉLIO MENIN

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE
BRAGANÇA PAULISTA

O PROJETO DE LEI QUE ACOMPANHA O PRESENTE E QUE TENHO A HONRA DE SUBMETER A APRECIÇÃO DOS NOBRES SENHORES VEREADORES PRETENDE OBTER A NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO DESSA EGREGIA CÂMARA PARA ÊSTE EXECUTIVO REAJUSTAR PRÊÇO E REFORMULAR PRAZO DE CONTRATO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS DESTA CIDADE.

FAZENDO UM EXAME RETROSPECTIVO DO ASSUNTO, VERIFICAMOS QUE, DE CONFORMIDADE COM EDITAL DATADO DE 18 DE MARÇO DE 1970 E TÊRMO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS EM 7 DE ABRIL DO MESMO ANO, FOI FIRMADO, EM 31 DE JULHO DE 1970, COM A FIRMA AGRO-PAVI S.A. AGRICULTURA E ENGENHARIA, CONTRATO PARA PAVIMENTAÇÃO DE 12 RUAS DE NOSSA CIDADE, ABRANGENDO UMA ÁREA - DE, APROXIMADAMENTE 89.000M² (OITENTA E NOVE MIL METROS QUADRADOS).

PARTICIPARAM DA MENCIONADA CONCORRÊNCIA - PÚBLICA, APRESENTANDO OS RESPECTIVOS PREÇOS POR METROS QUADRADO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, AS SEGUINTE FIRMAS:

AGRO - PAVI S.A. - AGRICULTURA E ENGENHARIA.....	Cr\$10,70 ✓
CASAS E VIAS, S/A-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	Cr\$12,61 ✓
S.P.V.O. SOCIEDADE PAULISTA DE VIAÇÃO E OBRAS LTDA ...	
	Cr\$12,79 ✓
CONSTRUTORA ARAGUAIA S.A.....	Cr\$14,99 ✓
SORTINO S.A. - CONSTRUTORA	Cr\$21,43 ✓

ATUALMENTE, COM O REAJUSTE MONETÁRIO, O - PREÇO MÍNIMO, DO METRO QUADRADO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, - ESTÁ SENDO PAGO A RAZÃO DE Cr\$14,40 APROXIMADAMENTE.

- SEGUE -



Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

BRAGANÇA PAULISTA, 25 DE FEVEREIRO DE 1972

CONT. DO OFÍCIO CM-014/72

GABINETE DO PREFEITO

N.º

PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS DO ASSUNTO EM FOCO, JUNTO AO PRESENTE CÓPIA DO PEDIDO DE REAJUSTE DE PREÇO DA FIRMA AGRO-PAVI S.A., ACOMPANHADO DE CÓPIAS DE - CARTAS DAS FIRMAS CONSPEDRA S.A., ENGENHARIA E PAVIMENTA - ÇÃO L.TDA., DESTA PREFEITURA, DO POSTO PETROBRÁS E DA PE - DREIRA BRAGANTINA (DUAS), BEM COMO DO PARECER DA PROCURA - DORIA JURÍDICA DA PREFEITURA.

AGUARDANDO O PRONUNCIAMENTO DESSA NOBRE EDILIDADE, VALHO-ME DO ENSEJO PARA RENOVAR A V. EXCIA. E - AOS DEMAIS ILUTRES SENHORES VEREADORES AS EXPRESSÕES DE MI - NHA ELEVADA ESTIMA E DISTINTA CONSIDERAÇÃO.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES


HAFIZ ABI CHEDID
PREFEITO MUNICIPAL

3
90

PROJETO DE LEI Nº 8/72

DISPÕE SÔBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO PARA REAJUSTAR PREÇO, REFORMULAR PRAZO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS DA CIDADE.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA DECRETA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:-

ARTIGO 1º - FICA O EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A REAJUSTAR OS PREÇOS E A REFORMULAR O PRAZO DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS DA CIDADE, ASSINADO EM 31 DE JULHO DE 1970.

* PARÁGRAFO ÚNICO - PARA OS EFEITOS PREVISTOS NESTE ARTIGO, FICA O PREÇO TOTAL ORIGINAL DO MENCIONADO CONTRATO FIXADO EM CR\$, . 19,00 (DEZENOVE CRUZEIROS) O METRO QUADRADO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E O PRAZO, ESTIPULADO NA CLÁUSULA 5ª DO MESMO CONTRATO, PRORROGADO - ATÉ 31 DE JULHO DE 1972.

* ARTIGO 2º - NA RETIFICAÇÃO DE CONTRATO A SER PROCEDIDA DEVERÁ CONSTAR QUE O REAJUSTE DO PRÊÇO, BEM COMO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO, SÃO CONTADOS DESDE O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 1971.

ARTIGO 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Hafiz Abi Chedid
HAFIZ ABI CHEDID

PREFEITO MUNICIPAL

As Comissões de JUSTIÇA E FINANÇAS,
para os devidos fins
Sala das Sessões, 21/2 1972

[Assinatura]
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.

HAFIZ ABI CHEDID

DD. Prefeito Municipal da Estância de Bragança Paulista

A Agro-Pavi S/A - Agricultura e Engenharia, pelo abaixo assinado, vem, mui respeitosamente, expor e solicitar a V. Excia. o quanto segue:

1 - De conformidade com a Concorrência Pública feita por essa Prefeitura em maio de 1970 e abertura das propostas em 7/4/70, esta firma é a empreiteira dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas desta cidade.

2 - Nos termos do contrato celebrado em 31 de julho de 1970, o preço por metro quadrado da referida pavimentação asfáltica foi fixado em Cr\$10,70 (dez cruzeiros e setenta centavos) e com o reajuste automático do mesmo, presentemente foi calculado em Cr\$ 14,07 (catorze cruzeiros e sete centavos) que, entretanto, não corresponde a realidade atual, pois, segundo publicações técnicas especializadas, o preço por metro quadrado desse serviço varia de Cr\$ 31,10 a Cr\$ 32,65.

3 - A razão dessa disparidade do preço que está sendo pago e do custo real do serviço deve-se a diversos fatores, dos quais destacamos os seguintes:-

- a) - Demora para iniciar a obra (a primeira frente de trabalho só foi aberta em 10 de março deste ano);
- b) - Aumento no preço da pedra britada, de conformidade com as cartas anexas fornecidas pela Pedreira Bragantina;
- c) - Aumento no preço da gasolina, óleo, etc. de acordo com a carta fornecida pela Petrobrás (Posto);
- d) - O asfalto, com um derivado do petróleo, sofreu igualmente aumento no seu preço;
- e) - O salário-mínimo teve 2 aumentos (1970 e 1971) de 20% e mais 20%, a contar da data da abertura das propostas;
- f) - A mão de obra especializada também foi aumentada de 40% (quarenta por cento).

5
D

4 - Além dos prejuízos oriundos das mesmas obras, a Administração Municipal, ao estabelecer a taxa de 10% sobre o valor das obras, não levou em consideração o fato de que a execução das mesmas obras, além de ser onerosa para o Município, também é onerosa para o contribuinte, pois a taxa de 10% é aplicada sobre o valor das obras, mesmo quando estas são executadas em parcelas, o que gera um ônus adicional para o contribuinte.

5 - Pelo exposto, visto o relatório da Comissão de Planejamento e Orçamento, a Administração Municipal resolveu estabelecer a taxa de 5% sobre o valor das obras, o que representa um reajuste de preço, estabelecendo-se em R\$ 12,00 (doze reais) o metro quadrado, bem como a prorrogação do prazo para execução total dos serviços, até o dia 30 de novembro de 1971.

Respeitosamente,

Respeitosamente,

Bragança Paulista, 14 de dezembro de 1971.

- Anexos: Cópia do processo de planejamento e orçamento da Prefeitura Municipal;
Cópia do ofício de encaminhamento da Prefeitura Municipal;
Cópia da ordem de serviço da Prefeitura Municipal;
Cópia do Edital de licitação (anexo);
Cópia das cartas de encaminhamento da Prefeitura Municipal.

São Paulo, 29 de Novembro de 1971

A

AGRO-PAVI S/A - Agricultura e Engenharia

Avenida 9 de Julho, 571-1º andar - conj. 111

CAPITAL

Prezados Senhores:-

Em referência a sua carta datada de 25/11/71 consul-
tando-nos da possibilidade da execução de mais ou menos 40.000 m² de pavi-
mentação asfáltica para a Prefeitura Municipal de Bragança, temos a infor-
mar que analisamos os preços de contrato e constatamos que os mesmos são
inexequíveis, não havendo portanto interesse de nossa parte.

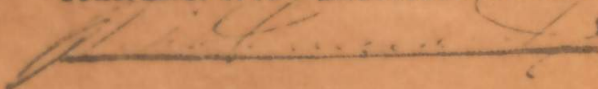
Entretanto propomos uma sub-empregada para os ser-
viços acima referidos com os seguintes preços:

- a) Preparo de sub-leito de acordo com a instrução I-2-56T - Cr\$ 4,00 / m²
- b) Base de macadame hidráulico com 15 cm de espessura de acordo com a instrução I-18-56T - Cr\$ 15,80/m².
- c) Imprimadura impermeabilizante betuminosa de acordo com a instru-
ção I-39-56T - Cr\$ 1,25/m².
- d) Camada de rolamento de pré-misturado a quente, com 4 cm de es-
pessura de acordo com a instrução I-34-56T - Cr\$ 10,50 /m².

Aguardando o pronunciamento de V. Sas., nesse sentido,
firmamo-nos

Atenciosamente

CONSPEDRA S. A. - ENGENHARIA E COMERCIO



São Paulo, 29 de Novembro de 1971

À

AGRO-PAVI S/A AGRICULTURA E ENGENHARIA

Av. 9 de Julho, nº 571 - 1ª - conj. 111

São Paulo - Capital

Prezados Senhores:

Conforme carta de Vv. Ss., de 25/11/71, vimos informar que temos interesse na execução dos serviços, conforme - preços unitários abaixo:

A) Preparo do Sub-Leito de acordo com a instrução I-2-56T, - das normas baixadas pelo D.E.R.; @ 4,00/m²

B) Base de Macadame Hidráulico de acordo com a instrução - I-18-56T, com 15 cm de espessura, das mesmas normas; @ 15,00/m²

C) Imprimadura Impermeabilizante Betuminosa, de acordo com - a instrução I-39-56T, das mesmas normas; @ 1,10/m²

D) Camada de Rolamento de Pré-misturado a quente, com 4cm. - de espessura, de acordo com a instrução I-34-56T, das mesmas nor - mas; @ 10,00/m²

PREÇO GLOBAL PARA OS SERVIÇOS A EXECUTAR

@ 30,10/m²

Aguardando instruções por parte de Vv. Ss., Nesse senti- do, firmamo-nos, mui,

Atenciosamente

SONSTEN - Engenharia e Pavimentação Ltda

Flammar Marcondes Filho



Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

BRAGANÇA PAULISTA, 10 DE MARÇO DE 1971.

GABINETE DO PREFEITO

Nº CSD-71

A

AGRO-PAVI S/A. - AGRICULTURA E ENGENHARIA
AVENIDA 9 DE JULHO, 571 - 1º ANDAR
SÃO PAULO

NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS 6ª E 7ª DO CONTRATO CELEBRADO COM ESSA FIRMA, É A PRESENTE PARA LEVAR AO CONHECIMENTO DE VV. Ss. QUE SE ENCONTRA PRONTO O LEITO DAS RUAS BARÃO DE JUQUERI E DR. CÂNDIDO RODRIGUES PARA SEREM PAVIMENTADAS.

SEM OUTRO MOTIVO, RENOVO A VV. Ss. OS MEUS PROTESTOS DE ELEVADA ESTIMA E DISTINTO APREÇO.

ATENCIOSAMENTE

Hafiz Abi Chedid
HAFIZ ABI CHEDID
PREFEITO MUNICIPAL

9
90

POSTO PETROBRÁS
POSTO TEXACO
Alcides da Silva Guimarães
Petrobrás
Qualidade, Lubrificantes, Lavagens, Óleo Diesel (Contribuição)
União da Praça, Posto 4
Insc. 225.009.972 - C.A.C. 032.811.018
C.G.C.M.F. 45.805.487/001
FONES 3-1220 - RES. 3-1192
Rua Felipe Siqueira N.º 101 - Telefone N.º 738 - BRAGANÇA PAULISTA - E. S. P.

GASOLINA - ÓLEOS
LAVAGENS ETC.
INSCRIÇÃO N.º 225-009-972
C. G. C. M. F. N.º 45-805-482

Pagados 8120
o Pedido da Agrop Pavi 3.17.
Vimos informar que o Preço da gasolina
em 30 Junho de 1970 era de
0,51 e o óleo Diesel 0,385,
Preço atual
gasolina 0.672
Diesel 0.57

Alcides
31/2/72

POSTO PETROBRÁS
Alcides S. Guimarães
Rua Felipe Siqueira 101 - Fone 3-1220
BRAGANÇA PAULISTA

PEDREIRA BRAGANTINA

PEDRA BRITADA, CASCALHO E PÓ
PEDRO CUBERO & CIA. LTDA.

10
PEDREIRA:
Km 490 da Fernão Dias - Bairro do Bom Retiro
ESCRITÓRIO:
Rua Cel. Assis Gonçalves, 848 - Fone. 708
BRAGANÇA PAULISTA - E. S. P.

Bragança Paulista, 02 de Fevereiro de 1972

AGRO-PAVI S/A. ENGENHARIA E AGRICULTURA
Av. Nove de Julho nº 571-1º andar
SÃO PAULO

Saudações,

Atendendo solicitação de Vv.Ss., vimos com a presente informar-lhes o preço de n/ produtos em vigor no mês de JULHO de 1970 era o seguinte:

Pedra britada nº 3 e 4 Cr\$.15,00 por metro cúbico a retirar n/ pedreira.

Pó de pedra Cr\$. 7,00 por metro cúbico a retirar n/pedreira.

Estes preços poderão ser comprovados através da nota fiscal nº 0932 emitida em 16-07-1970.

Sem mais,

atenciosamente.

PEDREIRA BRAGANTINA

PEDRA BRITADA, CASCALHO E PÓ
PEDRO CUBERO & CIA. LTDA.

PEDREIRA:
Km 490 da Fernão Dias - Bairro do Bom Retiro
ESCRITÓRIO:
Rua Cel. Assis Gonçalves 848 - Fone 798
BRAGANÇA PAULISTA - E. S. P.

Bragança Paulista, 13 de Janeiro de 1972

Saudações,

Vimos com a presente comunicar a Vv.Sa.,
que em virtude do aumento do IMPOSTO ÚNICO SOBRE MINERAIS, que
passou de 4% para 15%, fomos forçados a majorar o preço de
produtos que passarão a ser o seguinte:

PEDRA Nº 1 e 2 Cr\$.21,00 p/mt.3 + 15% de imp.=Cr\$.24,15 a retirar
em n/pedreira

PEDRA Nº 3 e 4 Cr\$.16,00 p/mt.3 + 15% de imp.=Cr\$.18,40 a retirar
em n/pedreira

PEDRISCO Cr\$.13,00 p/mt.3 + 15% de imp.=Cr\$.14,95 a retirar
em n/pedreira

PÓ DE PEDRA Cr\$. 7,00 p/mt.3 + 15% de imp.=Cr\$. 8,05 a retirar
em n/pedreira

Sem mais,

atenciosamente.

PEDREIRA BRAGANTINA

PEDRO CUBERO & CIA. LTDA

12
1971

Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

PROCURADORIA JUDICIAL

MR. PREFEITO

Em atendimento a solicitação a esse departamen-
to, para informar sobre o pedido feito pelo AGRO-PAVI 3/A - /
no que concerne a um reajuste de preço na pavimentação asfál-
tica, conforme contrato celebrado com esta Municipalidade, -
venho expor o seguinte:

1 - com referência ao mencionado na letra "a" -
do pedido, constatamos conforme documento anexo, que de fato
foi enviada uma carta a referida firma em 10 de março 1.971, -
por esta Entidade Pública, dizendo que encontrava-se pronto o
leito das ruas Barão de Juqueri e Dr. Candido Rodrigues, após
8 (oito) meses de assinatura do contrato.

2 - com referência as letras b, c, os aumentos
de fato se verificaram.

3 - na letra "d" houve de fato o aumento dos sa-
lários mínimos dos empregados de 1.970 e 1.971 na base espe-
ficada no pedido de reajuste, consequentemente a mão de obra,
citada na letra "f" sofreu também uma majoração.

4 - com referência o mencionado no item 4, que
a firma vem lutando com dificuldades devido as torrenciais -
chuvas caídas ultimamente (são caso fortuito ou motivo de for-
ça maior); no que diz respeito a topografia da cidade, a Em-
preiteira, antes de entrar na Concorrência Pública, deveria ter
averiguado; como também os serviços de remanejamento das redes
de água e esgoto, a execução desses serviços tem levado uma -
certa demora, tendo em vista, as chuvas que tem caído ultima-
mente em nossa cidade, como a própria Empreiteira alega.

5 - Com respeito ao reajuste pedido na importân-
cia de Cr\$ 19.00 (Dezenove Cruzireiros) o metro quadrado, assim-
como a prorrogação do prazo para execução total dos serviços,
mencionado no item 5, devemos ressaltar que quando da celebra-
ção do Contrato, já foi em uma das suas cláusulas mencionado

13
19
Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

PROCURADORIA JUDICIAL

um reajuste automático, sendo que, o presente pedido deixa de existir na proporção pedida; quanto a prorrogação do contrato para execução total dos serviços, deverá ser feita um adendo.

Convém ressaltar, em que o reajuste constante no Contrato, de fato não cobrir com a realidade, precisará fazer cálculos para se chegar a um preço razoável.

Do exposto, resta a ser homologado o presente.

JURAMENTO DE CALTELA DE OLIVEIRA.



Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Justiça e Redação

Bragança Paulista, de de 196.....

Parecer N.º.....

Sr Presidente

Solícito parecer do assessor jurídico,
para poder manifestar-me sobre
o projeto.

3-3-72

Presidente João Bruno de Oliveira

15
10

Processo - Projeto de Lei nº 8/72

Assunto - Reajuste de preços - Contrato de execução pavimentação

Iniciativa - Executivo Municipal

Pedido - Verrador João Bueno de Oliveira

SENHOR PRESIDENTE

1. - À nossa apreciação é submetido o projeto de lei nº 8/72, que dispõe sobre reajuste de preços em contrato das obras de pavimentação, celebrado com a firma Agro-Pavi S/A.

2. - Inúmeros são os motivos apontados para justificar o pedido apresentado. Dentre eles, temos: Demora no início da Obra; aumento do preço da pedra britada; aumento de preços dos combustíveis, de salários, do asfalto, etc. Alegam, ainda, em justificativa da demora na execução dos trabalhos, a fortes chuvas ocorridas neste município.

3. - Desses fatores imprevistos, supervenientes e não desejados pelas partes contratantes, sofreu a obra um grande atraso, modificando, naturalmente, os valores usados à época da assinatura do contrato.

4. - Expostos os fatos, analisemos o contrato, dando, a seguir, nosso parecer.

5. - O projeto é oriundo de da motivação acima citada e conseqüente de fatos alheios às vontades das partes, conforme já se afirmou.

6. - Existe entre as partes um contrato, que, a nosso ver, é de EMPREITADA e, como tal, outra coisa não é senão mera modalidade de contrato de locação de serviços, o celebre "locatio conductio operis" do Direito Romano, manancial dos direitos dos povos. Este contrato foi incorporado ao nosso direito, como contrato de empreitada. E, assim sendo, deve sujeitar-se à TEORIA DA IMPREVISÃO.

7. - É bem verdade que, por muitos anos, essa teoria era tida como inexequível, face ao disposto no art. 1246 do nosso Código Civil. Assim pensavam Clovis Beviláqua, Carvalho Mendonça, Fildelfo Azevedo, Carvalho Santos, etc. Mas, aos poucos, frente às contingências derivadas das condições próprias da época, foi a teoria da imprevisão se firmando entre nós, a ponto de ser admitida, sem qualquer restrição, como muito bem tem decidido o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, ao tratar do reajuste de preços em contratos administrativos. E, o presente contrato, sem dúvida alguma, por celebrado com o Poder Público, é um ato administrativo, e, conseqüentemente, um contrato administrativo. Não só a jurisprudência, como, também a doutrina, têm admitido, inquestionavelmente, a revisão em contratos dessa natureza:

8. - Sinão vejamos: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"..... a regra "pacta sunt servanda" sofre, constantemente, temperamento e já tantas vezes explicados em circunstâncias extraordinárias."

" Não se trata de aumento normal e previsível de salários e materiais, segundo a letra morta do art. 1246 do C.Civil, mas de INÓPIDA SUBVERSÃO DE VALORES que influiria, não somente pare dirimir ou suprimir os lucros esperados, mas pare ameaçar a ruína dos empreiteiros. (Rvs. Jurisprudência, vol XXX, pág. 30)".

CUNHA GONÇALVES, assim se expressava:

"As conseqüências sobre preços, em especial de EMPREITADA, são baseadas na situação presente do contrato, pois ninguém contrata um negocio, que suponha lucrativo, para nele se arruinar;"

" A revisão de preços é permitida, se o preço dos salários e materiais resultaram de desvalorização da moeda outro outro fato superveniente, imprevisível e não esperado por alguém. motivo porque, não podem essas imprevisões, deixar de ser consideradas no cumprimento dos contratos (Princípios de Direito Civil - Ed. 951, páginas 892/893)".

9. - Cansativo e desnecessário, bosquejar-mos a doutrina, a jurisprudência, às leis ordinárias relativas à evolução revisionista. Torrencial a bibliografia a respeito.

10. - Hoje em dia, sem dúvida alguma, a teoria da imprevisão prevalece. Cede a cláusula do "pacta sunt servanda", lugar a da "rebus sic stantibus", sem qualquer restrição. Desaparece, pois, a imutabilidade das cláusulas contratuais

10 - Nada impede a modificação pretendida. Justo é o reajuste solicitado. Isto porque, reafirmamos, o contrato obedeceu princípios vigentes à época de sua assinatura e ninguém, absolutamente, pode prever o imprevisível, o fortuito, enfim, os fatos supervenientes, quando ele é elaborado.

11 - Somos, pois, de parecer que o projeto pode e deve ser apreciado pela Casa, pois nenhum óbice legal impede sua normal tramitação ou aprovação. Quanto ao mérito, podemos dizer apenas que, o reajuste de preços em contratos de empreitada é fato normal, quando ocorrem fenômenos estranhos que alterem dados humanamente corretos em determinada


17/10
época. Se aceita, exclusivamente, a fixidez do escrito, estaria erigida em norma, o locupletamento ilícito às expensas do trabalho lícito, o que é inconcebível. Dai a base necessária da teoria da imprevisão, escorreita de vícios, cujo império moral acabou forçando seu ingresso no campo jurídico de situações que o projeto perfilha, para resolverlas satisfatoriamente,

Esse nosso parecer,

S.M.J.

- Arthur de Próspero
Assessor Jurídico

Assessoria Jurídica, em 10 de março de 1972





Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Justiça e Redação

Bragança Paulista, de de 196

Parecer N.º

Parecer

O projeto é legal e nada impede a sua aprovação. Quanto ao merito, o projeto é dos mais justos. Isto porque os motivos que determinaram o pedido de reajuste, não pediam ser previstos na ocasião do contrato. Ninguém pode negar o aumento de salário, do preço de matérias tendo em vista a inflação da moeda. Assim sendo, repetimos, justo é o pedido. Somos pela aprovação do projeto.

Salas das Comissões em 17-3-72

João Bueno de Oliveira
Presidente da Comissão de Justiça

De acordo

Alcides Raulino

17/3/72

Mauro Franco Rodrigues

S S S



Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Finanças e Orçamento

Bragança Paulista, de de 196.....

Parecer N.

Somos de parecer que deve o município aceitar a proposta da firma Agro-Pavi visto que, de fato, as alterações havidas nos preços não dependeram da vontade dela, mas sim por circunstâncias diversas a que a mesma não tem culpa.

Além disso, o brilhante parecer do Senhor Assessor Jurídico desta Casa, Dr. Arthur de Próspero, deixa claro a situação em aprêço, dizendo da necessidade da aprovação do presente projeto.

Assim, somos pela aprovação.

Em 17/3/972

Maria Franco Rodrigues

a) - MARIA FRANCO RODRIGUES - Presidente da CFO



Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Finanças e Orçamento

Bragança Paulista, de de 196.....

Parecer N.

Tendo em vista as razões alegadas pela firma Agro-Pavi, e que fazem parte do presente processo, somos de acôrdo que haja um reajuste no prêço por metro quadrado do serviço de pavimentação, bem como uma reformulação no prazo para a feitura dos serviços.

Com efeito, as constantes altas havidas (gasolina, materiais, etc), justificam o reajuste, bem como as intempéries surgidas são razões para que as obras da Agro-Pavi não tenham sido terminadas em tempo legal.

Assim, somos pela aprovação.

Em 28/fevereiro/1972

Vicente F. Carvalho
a)- VICENTE FERNANDES DE CARVALHO - vereador

Parecer

*Reiterei meu parecer na comissão de
Justiça*

Sala das comissões 17-3-72

João Bueno de Oliveira membro

(S)

21
90

- PROJETO DE LEI Nº 8/72 -

EMENDA ADITIVA:

- Ao parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 8/72, acrescente-se:

- ... "prorrogado até 31 de julho de 1972, sem direito a quaisquer outros reajustes".

EMENDA MODIFICATIVA:

- No artigo 2º, onde se lê:

- ... "são contados desde o dia 30 de novembro de 1971".

LEIA-SE:-

- "... são contados desde o dia 1º de abril de 1972".

Sala das Sessões, 29/3/972

a) - *Mauro Franco Rodrigues*

SSS